



Chrys Chrystello*

Desgostoso deste País

Ao longo dos anos sempre declarei o meu ilimitado amor a este país, pela sua história, língua e paisagens deslumbrantes, mas entendo que chegou a hora de me divorciar litigiosamente de um país que credita milhões em bancos falhados e deixa que os depósitos e poupanças de milhares de pessoas não sejam devolvidos a quem os trabalhou e aforrou, em manigâncias de falências fraudulentas BPP, BPN, BES, Banif. Dizem que o Estado já injetou mais de 20 mil milhões de euros nestas bancarrotas mas indemnizações aos lesados ainda nada...

Surgem, esporadicamente nas imagens na TV, dezenas de espoliados a protestarem, os governantes aparecem a fazer promessas balofas e ocas para o dia-de-são-nunca-pela-tardinha e esperam que tudo volte ao normal.

E o mais grave disto tudo é que os anos passam e o silêncio ensurdecedor dos protestos permanece, como se fosse lógico meter continuamente, dinheiro num doloso Novo Banco de negócios escuros e manobras mais obscuras, com fundos abutres e vendas de propriedades ao desbarato, sem ressarcir os depositantes que confiaram nesses bancos todos antes de se verem espoliados, expropriados, desapossados, esbulhados, defraudados, extorquidos, pilhados ou roubados, dos seus depósitos e de suas poupanças.

Obviamente que um governo, um Estado que permite isto e continua a assobiar para o lado, eleição após eleição, não é um Estado de bem nem de Direito. O famigerado Zé do Telhado do século XIX era mais honesto. Ficava, decerto, muito mais barato devolver aos lesados tudo o que perderam do que manter o Novo Banco aberto.

Não sei se Portugal é o quinto país mais corrupto, ou o primeiro ou o décimo, nem me importa, o Relatório da Transparency International dá ao país 62 pontos, menos dois do que no ano passado. Organização fala em derrapagem e em “falta de coragem política” para combater a corrupção



em Portugal. Disto se aproveitam movimentos e partidos populistas e demagogos vogando na crista da onda de revolta de alguma população que neles vêem a salvação, tal como prometeram Trump e Bolsonaro aos insatisfeitos pela corrupção nos seus países.

Sei que não acredito na justiça, nem nos parlamentares, nem nas negociatas de advogados no governo e na Assembleia, nem no nepotismo partidário e governamental que está, de tal forma entranhado na sociedade, que deve ser mais fácil corromper os que ainda não foram corrompidos do que tentar erradicar a corrupção.

Tal como Portugal também a Islândia teve casos de créditos ao desbarato, e empréstimos sem garantias. Todos estavam ricos e a situação atingiu o ponto de rutura. A diferença é que a Islândia deixou cair os bancos e prendeu os banqueiros. O ex-primeiro-ministro islandês foi julgado por negligência, uma dezena de banqueiros, uns poucos empresários e um punhado de políticos formaram um grupo que levou o país inteiro à ruína: 10 parlamentares islandeses, incluindo os líderes do partido que governou desde 1944, tinham empréstimos pessoais concedidos de quase 10 milhões de euros cada. Hoje estão quase todos



na cadeia, a economia do país, que entrara em colapso, deu um salto saudável de crescimento económico mesmo com a pandemia.

E em Portugal surgem 1001 acusações, processos infundáveis, suspeitas sobre tudo e todos, mas raros são os julgamentos e condenações, que para isso serve a bem oleada engrenagem de advogados no poder.

Depois surgem sempre as notícias de maus tratos a idosos, condições sub-humanas em lares, mais um inquerito que nunca vai dar resultados como nos incêndios que todos os anos devastam Portugal. Qualquer que seja o exemplo que se busque o resultado é sempre o mesmo, impunidade.

Que posso fazer? Nada, a não ser perorar nestas colunas e votar com a maioria que aderiu ao maior partido português, o absentismo eleitoral. Já não tenho idade nem forças para tentar mobilizar sejam quem for, e esperanças em salvadores da pátria perdi-as desde que o Dom Sebastião não voltou de África.

*Jornalista, Membro Honorário Vitalício 297713 [Australian Journalists' Association MEAA]

PSD e JSD Açores consideraram emprego jovem como prioridade



“A criação de emprego para os mais jovens é uma necessidade premente e tem de ser uma prioridade do poder político em relação ao Faial”, defendeu Carlos Ferreira, presidente do PSD local, após reunir com os presidentes da JSD/Açores e da JSD/Faial.

O social democrata considera que os

poderes públicos “têm a responsabilidade primordial de criar condições para a fixação dos jovens nas suas ilhas, com destaque para o emprego, sem o qual a geração mais qualificada de sempre é obrigada a abandonar a sua ilha para procurar um salário e realização profissional”, disse.

Carlos Ferreira apontou o incremento

do empreendedorismo no sector turístico, mas salientou que “há outras áreas a explorar, como o sector agrícola, onde têm emergido alguns jovens empreendedores e projectos de muita qualidade”, referiu.

Também a chamada economia azul foi destacada no encontro como uma área “privilegiada” de criação de emprego jovem no Faial, defendendo-se o papel que a Escola do Mar dos Açores pode ter nessa vertente.

“Pretendemos que a Escola do Mar comece rapidamente a ministrar formação – pois o atraso já é significativo –, qualificando jovens e pessoas de todas as idades nas diversas profissões ligadas ao mar, incluindo necessariamente o campo da reparação e da manutenção naval”, alertou.

“Essa qualificação deve ser conjugada com a criação de infra-estruturas no porto da Horta, no âmbito da 2ª fase da sua

requalificação, como temos defendido, para que se desenvolva um espaço com enorme potencial de criação de emprego no Faial”, acrescentou Carlos Ferreira.

O social democrata lembrou que, “nos Açores, um em cada três jovens está desempregado, o que representa a taxa mais alta do país”.

A situação açoriana nessa matéria “é extremamente delicada, apesar da existência de programas ocupacionais, que sem prejuízo dos seus pontos positivos, ajudam também e muito a camuflar a real situação do desemprego jovem no arquipélago”, adiantou. “Os jovens do Faial precisam de condições para se realizarem profissionalmente na sua ilha, para se fixarem e para terem estabilidade laboral e familiar, de modo a que contribuam activamente para o desenvolvimento do Faial e da Região”, concluiu Carlos Ferreira.